

boletim da

aepet

Associação dos
Engenheiros
da Petrobrás

EXTRA

Nº 27
MARÇO/85

Um novo governo está assumindo o comando do País. O anseio por mudanças, carregada durante a Campanha das Diretas-Já, acabou passando pelas eleições indiretas no Colégio Eleitoral e desembocando no Governo que ora se inicia.

A PETROBRÁS, pela posição de destaque que ocupa no País é uma peça fundamental para o sucesso de qualquer programa governamental.

A AEPET, através de sua diretoria democraticamente eleita, encaminhou ao Presidente Tancredo Neves, um documento com as questões que mais preocupam seu corpo de associados.

O documento, em seu texto integral, é apresentado a seguir. É transcrito também, o documento assinado em conjunto com a Sociedade Brasileira de Geologia (SBG).

A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), entidade que congrega os engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos, geólogos e economistas do sistema Petrobrás, encaminha este documento, preparado com base em consultas efetuadas no seio de seu corpo de associados, contendo diversos pontos que consideramos prioritários para o início de uma nova gestão da Petrobrás e da Política Energética Nacional.

Os pontos fundamentais que foram destacados são os seguintes:

1 — CONTRATOS DE RISCO

Os contratos de risco são incompatíveis com o espírito do monopólio estatal do petróleo.

Portanto, os contratos já assinados devem ser revisados, bem como novos contratos não deverão ser feitos, já que é imprescindível que as reservas de petróleo sejam mantidas sob o controle da nação.

2 — GÁS NATURAL

Até o final do século, sabemos que o gás natural terá crescente participação na matriz energética brasileira.

Dessa forma, consideramos imperioso que o gás natural seja mantido dentro do monopólio estatal, sob controle da executora deste monopólio, a Petrobrás.

3 — REFINO

A política recessiva adotada nos últimos anos, aliada ao fato de se considerar a produção de petróleo a curtíssimo prazo como fim único da Petrobrás coloca em risco a preservação do nosso parque de refino em moldes apropriados.

A carência de recursos além de prejudicar a adequação de nosso parque de refino às exigências do mercado de derivados, pode levar à obsolescência de nossas unidades.

Mister se faz, então, uma nova alocação de recursos, a fim de que mantenhamos nosso parque de refino atualizado e em condições de permitir a construção de novas

unidades e mesmo de novas refinarias, para atender os crescentes mercados do Norte e Nordeste do País.

4 — PRODUÇÃO

A política de produção de petróleo deve servir aos objetivos econômicos e sociais da nação em última instância. Isto não significa, entretanto, que essa produção seja conduzida de forma a não respeitar as técnicas de produção e recuperação finais mais racionais, levando a uma exaustão prematura das jazidas para atender a programas e fins perfeitamente questionáveis.

Contemplando um horizonte de 15 anos de produção para nossas reservas atuais, a produção atual está acima dos limites que poderiam ser considerados de produção racional. Sinais de exaustão prematura já têm sido detectados em alguns campos de petróleo da Bacia de Campos.

Mas o açodamento em atingir metas de produção políticas não tem levado a apenas problemas de exaustão de jazidas, mas também a condições de trabalho de grande insegurança. Estas condições tem sido responsáveis por inúmeros acidentes.

5 — POLITICA DE PESSOAL

A Petrobrás foi amplamente solicitada nos últimos anos para fazer frente à descoberta de novas jazidas, aumentar a produção de petróleo e readaptar as instalações industriais às exigências do mercado de derivados (Programas de Fundo de Barril).

A contratação de pessoal, entretanto, caminhou em sentido inverso, com a proibição de ingresso de novos funcionários.

Julgamos fundamental a reabertura dos concursos públicos em todo o território nacional e a reativação dos cursos regulares e de reciclagem para atender aos novos avanços tecnológicos nas diversas áreas onde a Empresa atua, sob risco de perda de competitividade.

Por outro lado, o treinamento de pessoal está intimamente relacionado com a segurança nas plataformas e unidades industriais.

A falta de funcionários tem levado à Petrobrás a abrir mão de atividades que sempre foram feitas por seus quadros internos e, por falta do devido treinamento, acidentes como o da firma Pozos em Enchova, Vila Socó e outros de igual importância poderão vir a ser cada vez mais frequentes.

A qualidade da mão-de-obra técnica da Petrobrás foi sempre considerada de importância fundamental não só no desenvolvimento da Empresa, mas também em diversas atividades técnicas em todo o país, malgrado o cerceamento sofrido por seus técnicos nos últimos anos. É portanto imperativo que uma reorganização da Petrobrás prestigie seu quadro técnico.

A reposição dos pisos salariais aos níveis de 1979 e a readmissão do pessoal demitido nos episódios da greve da REPLAN e RLAM em 1983 são exigências constantes de todas as reivindicações sindicais.

No que tange à alta administração da Petrobrás, entendemos que devam ser levadas em conta algumas características fundamentais no desempenho destas funções.

Em primeiro lugar, vale salientar que a Petrobrás tem sido vítima nos últimos anos, de gerências pouco ou nada identificadas com o monopólio.

Estas mesmas administrações sempre foram comprometidas com o fechamento anti-democrático verificado nas Empresas Estatais, no mesmo período.

Por tudo isto, a imagem da Petrobrás junto à opinião pública não é das melhores, seus canais internos de co-

municação têm moldes autoritários e a opinião técnica nem sempre é levada na devida consideração.

Concluimos, desta forma, que um clima de abertura democrática não se coaduna com pessoas que serviram ao fechamento da Empresa à opinião pública e aos seus próprios quadros internos.

É importante que estes cargos sejam preenchidos, na Nova República, por pessoas comprometidas com a Democracia, que entendam, respeitem e defendam o monopólio e que se proponham a reconstituir a imagem de uma empresa de propriedade do povo brasileiro e que esteja a seu serviço.

Não nos bastam bons administradores. Precisamos de pessoas que percebam a importância da Petrobrás no contexto nacional e que estejam realmente dispostas a permitir que as sugestões aqui contidas e outras que, por certo V. Excia. receberá, sejam devidamente estudadas, aprimoradas e implantadas no mais breve espaço de tempo.

Este documento teve como objetivo resumir as conclusões das reuniões realizadas com empregados dos vários escalões da Empresa, e que se mostraram esperançosos com as possibilidades de mudanças nas diretrizes que regem a Política de Petróleo do Brasil.

Em anexo, estamos enviando documentos mais detalhados que, ao se aprofundarem nos diversos temas, dão subsídios aos que forem decidir sobre as políticas do Sistema Petrobrás.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1985

*Luiz Fernando de Oliveira Gutman
Presidente da AEPET*

ANEXO I

CONTRATOS DE RISCO

Com a argumentação de que o país precisava aumentar urgentemente a produção de petróleo nacional, e que a PETROBRÁS não dispunha de conhecimento e capacitação para enfrentar eficientemente este desafio, pressões externas à empresa obrigaram a PETROBRÁS a firmar contratos com cláusula de risco com companhias estrangeiras de exploração de petróleo, mesmo contra a manifestação de seus empregados, de seu corpo técnico e de parcela ponderável da comunidade científico-tecnológica. A performance comparativa da PETROBRÁS e das contratantes põe a nu a falácia em que se baseavam os defensores dos contratos de risco.

Deve-se ressaltar, pois:

— Os contratos de risco, por alienarem parte do óleo, que por ventura a contratante achar, são incompatíveis com o espírito do monopólio estatal do petróleo.

— Achar petróleo e manter reservas dele são problemas estratégicos do Brasil e devem ser mantidos estrita-

mente sob controle nacional.

— É inadmissível não se conhecer a extensão dos contratos já firmados. O petróleo no Brasil pertence a nação e não pode ser negociado sem o aval da sociedade brasileira que tanto lutou para mantê-lo em nossas fronteiras. A existência de cláusulas secretas é um escárnio ao povo brasileiro.

— Na perfuração de poços exploratórios a PETROBRÁS levantou informações sobre o subsolo, a tal ponto importantes que justificaram a formação de uma subsidiária — PETROMISA — para explorar as riquezas descobertas. Obviamente este tipo de conhecimento também é estratégico ficar sob estrito controle nacional.

Pelo exposto nos parece de todo oportuno afastar a ferramenta do contrato de risco da política energética do Brasil, bem como questionar a constitucionalidade dos contratos já firmados, uma vez que vários juristas já se pronunciaram contra a legalidade dos mesmos.

ANEXO II

CONTRATOS DE RISCO POSIÇÃO DA AEPET

A partir de 1948, lançou-se o Brasil numa campanha pela garantia de seu potencial petrolífero. Havia então uma pressão dos trustes do petróleo para impedir um levantamento real de nossas reservas.

A opinião pública nacional levantou-se então com a famosa frase — “O petróleo é nosso” — estabelecendo-se

uma mobilização de entidades civis, militares, estudantis e sindicais em favor da criação de uma empresa nacional que encaminhasse a pesquisa e lavra de petróleo e garantisse a manutenção do petróleo em mãos brasileiras através do monopólio estatal.

Vitoriosa a luta, o monopólio se consolidou através

da lei 2.004 e se concretizou na criação da PETROBRÁS.

À época, foram feitas várias tentativas de sabotar a PETROBRÁS, sendo inspiradores desses atos os trustes do petróleo. Destaca-se a famosa emenda 32 que, já naquele tempo, apresentava uma proposta semelhante à dos atuais contratos de risco. Essa emenda foi derrubada pelo Congresso por ser considerada lesiva aos interesses nacionais.

A argumentação de que o país não tinha nem recursos nem tecnologia para empreender tarefa desta magnitude, não passava de uma falácia, o que hoje é claramente comprovado pelas conquistas da PETROBRÁS no desenvolvimento de nossa tecnologia.

Sem a PETROBRÁS, nossa produção interna de petróleo ou não existiria, ou estaria sob controle externo.

Após ter analisado e debatido o problema dos contratos de prestação de serviço com cláusula de risco, os conhecidos "contratos de risco", juntamente com outras entidades, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), reunida em Assembléia Geral Extraordinária, em 08.07.80, decidiu se pronunciar publicamente contra tais contratos, pelos motivos que se seguem:

- São, a nosso ver, a mais séria ameaça ao monopólio estatal do petróleo, além de constituírem uma nova versão das iniciativas internacionais que sempre intentaram esvaziar a PETROBRÁS.
- Foram constituídos arbitrariamente, sem consultar a opinião pública e o Congresso Nacional, ao contrário do que aconteceu — quando da criação da Lei 2.004.
- Não foram debatidos no âmbito da PETROBRÁS, ficando os técnicos da Empresa marginalizados de todo o processo decisório.
- Mostram claramente uma tendência gradual de permitir uma maior participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera no país.
- vem restringindo gradativamente as áreas de atuação da Empresa, ficando hoje limitada a operar em apenas 13,5% de nossas bacias sedimentares.

- Evoluem para a participação de empresas estrangeiras na produção de petróleo, se cumpridas as diretrizes já traçadas pelo Ministério das Minas e Energia.
- Não contribuem, ao contrário do que se argumenta, para minorar, a curto prazo, o problema da dívida externa do país, uma vez que qualquer descoberta só será efetiva após um período, em média, de 5 anos.
- Obrigariam ao pagamento de parcela significativa de nosso próprio petróleo, em dólares, sob a forma de indenização e prêmios.
- São justificados indevidamente pela argumentação de insuficiência tecnológica, ao que contrapomos dois fatos:
 - a) o ótimo desempenho da Petrobrás na exploração do petróleo nos últimos 25 anos, com índice de sucessos comparável ao das empresas norte-americanas;
 - b) nenhuma descoberta de interesse foi observada até hoje pelas contratantes de risco, em mais de três anos de operação.
- São ilegais e inconstitucionais, tendo em vista os textos da Constituição Brasileira e da Lei 2.004 que estabelecem ser a pesquisa e lavra de petróleo no subsolo brasileiro monopólio exclusivo da União, já existindo inclusive pareceres nesse sentido de importantes autoridades em Direito Constitucional no país.
- Possibilitam transferir para o exterior o poder de decisão sobre a exploração de nossas jazidas e a produção de nossas reservas, a continuarem as ampliações de novas atividades.

Em vista do exposto, a AEPET vem se pronunciar pela anulação dos contratos já assinados e pela erradicação de tais recursos da nossa política de exploração de petróleo.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 1980

ANEXO III

GÁS NATURAL

No momento, o gás natural pode se tornar uma arma poderosa para abrir brechas no monopólio estatal do petróleo e, por conseguinte, na Lei 2004/53. Para tanto, procura-se, através de uma interpretação distorcida da referida lei, estabelecer na opinião pública a tese de que o gás não está coberto por ela, estando sua exploração econômica, portanto, aberta à iniciativa privada nacional e multinacional.

Alguns fatos reforçam esta afirmativa e podem ser alinhados brevemente. Como primeiro fato, cite-se que a firma que descobriu na Bacia de Santos uma formação de gás insiste em explorá-lo em benefício de suas subsidiárias e associadas instaladas no polo industrial de São Paulo. Ou seja, exploração de um gás descoberto através de instrumento já considerado ilegal pela sociedade (contratos de risco), em benefício próprio, sem atentar para o interesse maior da nação.

Como segundo fato vale ressaltar o comportamento das subsidiárias das multinacionais do petróleo (7 irmãs e outras) instaladas no Brasil que exercem todos os tipos

de pressão e "lobby" sobre os grupos estaduais e federais encarregados de estudarem a distribuição de gás no Brasil. Argumentam elas que, como já participam da distribuição do GLP (gás de cozinha), tem direitos líquidos nos projetos que venham a ser criados para substituir os atuais mercados de GLP ou ocupar os futuros mercados que puderem ser abastecidos por este. Nesse caso pode ser enquadrado o fim que teve o grupo formado no Ministério das Minas e Energia, que foi abruptamente dissolvido após elaborar um trabalho, por não privilegiar o capital privado, em detrimento da PETROBRÁS.

Não existem dúvidas que o gás desempenhará papel de magna importância nos próximos anos, podendo mesmo se igualar, ou até superar o petróleo no Brasil até a virada do século.

É questão de soberania nacional e de segurança do nosso futuro energético que o controle do gás esteja em mãos da nação, como foi para o óleo cru.

Portanto, consideramos que não se deve permitir que nenhum organismo estatal se perca em tergiversações

sobre se a Lei 2004/53 abrange o gás ou não. O espírito da Lei é de preservar nossas ricas jazidas de hidrocarbonetos fósseis. A Lei tem mais de 30 anos e o nosso desconhecimento técnico de então pode ter levado os legisladores a imprecisões de linguagem, se é que elas realmente existem. O que não pode é a Lei ser usada agora contra a idéia que a criou. É o interesse nacional e a salvaguarda de uma herança histórica do povo brasileiro que estão em jogo. A Lei 2004/53, quando se refere a hidrocarbonetos fluidos, petróleo, gás, etc., está usando sinônimos, já que do ponto de vista científico e tecnológico não existem diferenças na sua manipulação.

Do ponto de vista de sua utilização, achamos necessário que sejam dadas diretrizes claras para estratégica matéria-prima.

A correta utilização do gás renderá à nação grandes vantagens, tanto no campo social como no econômico, ao economizar divisas para o Brasil.

No campo social, ele pode substituir como vantagens o GLP, principalmente naquelas áreas ainda não atingidas por este último, nas cidades onde seja fácil a instalação de dutos subterrâneos e naquelas áreas que serão povoadas por conta do aumento da nossa população. Uma outra utilização social seria no barateamento do transporte de passageiros e cargas ao substituir o diesel e a gasolina.

Na indústria, ele pode também dar grande contribui-

ção ao contexto social ao ser utilizado na fabricação de fertilizantes para a agro-pecuária.

Ainda na área industrial ele poderá diminuir nossa dependência externa de petróleo líquido, ao substituir derivados como a nafta, o diesel e o óleo combustível.

É aconselhável por tanto que as diretrizes para sua utilização se atenham ao benefício social, à eliminação da nossa dependência externa e ao desenvolvimento harmônico das nossas atividades econômicas. Nunca ao imediatismo de suas possíveis utilizações.

Finalmente cabe alertar que o gás associado (parcela do gás que sai do poço juntamente com o petróleo líquido) é de grande importância para a PETROBRÁS. Dele depende a exploração de nossas jazidas de forma a obter o máximo volume de petróleo líquido ao longo da vida útil dos poços (reinjectões, gás-lift, etc.). É portanto fundamental que o emprego deste gás seja feito prioritariamente dentro da própria PETROBRÁS ou naquelas atividades que facilmente possam voltar a queimar outros combustíveis, na época em que a Empresa vier a precisar deste gás.

Com a interferência de tantas variáveis importantes na reorganização do país, só a manutenção do gás no monopólio poderá dar ao futuro governo a certeza que ele não será usado para satisfazer interesses menores de grupos econômicos ou políticos.

ANEXO IV

POR QUE A COBIÇA SOBRE O NOSSO GÁS NATURAL?

Na década de 50, para ser mais específico, ou mesmo antes, para ser mais correto, a procura de hidrocarbonetos vizou sempre a descoberta de óleo, já que o gás era obtido a partir do carvão, com tecnologia de muito conhecida.

O transporte do Gás Natural era problemático, tendo em vista a falta de tecnologia para transportar gases leves em grandes quantidades, e em grandes distâncias de forma econômica.

Assim, seu consumo era restrito às áreas contíguas aos poços na maioria dos casos, ficando em muitos países desconhecido nos grandes centros. Seu consumo em cidades era restrito.

Com o decorrer dos anos, o gás de petróleo passou a ter emprego em várias atividades, tanto em indústria como para consumo doméstico, ou seja, o gás passou a ser um produto mais importante reforçado pelo fato de que sua exploração e produção seguem as mesmas tecnologias usadas para o óleo.

A partir de uma certa época, talvez no começo da década de 60, concluiu-se que, em equivalente energético, as reservas mundiais de gás tendiam a ser da mesma ordem que as reservas de óleo, e o desprezo das mesmas era um erro. Além disto, o gás, sob vários aspectos, se mostrou superior aos derivados líquidos como matéria prima petroquímica.

Com o acelerado consumo de derivados no Ocidente, e com as seguidas crises políticas em alguns países produtores importantes, o Gás Natural mais difundido, passou a ser encarado de forma diferente. Assim é que, a partir da década de 60, foram sendo aperfeiçoadas tecnologias apropriadas para o consumo de gás em grande escala, tanto na forma "in natura", como nas formas liquefei-

tas, tais como metanol e fertilizantes nitrogenados. Isto tira do gás aquela antiga característica de só poder ser consumido próximo de sua ocorrência. Passou a ser um combustível conhecido e de consumo generalizado.

No caso do Brasil, as coisas se passaram de modo já algo diferente. A própria discussão criada por força da elaboração da Lei 2.004/53 já não foi mais influenciada pela dualidade de conceitos sobre o gás e o óleo ao se falar de petróleo. Assim é que, muito inteligentemente no Capítulo I, Artigo 1º, incisos I, II e III, a referida Lei não faz diferença ao se referir a óleo ou gás, tratando-os como hidrocarbonetos fluidos, como na verdade o são do ponto de vista físico e químico.

Por que então querem tratar agora o gás diferentemente do óleo? Por que forçar o raciocínio que só o óleo é monopólio pela Lei 2.004/53?

A Lei 2.004/53 é uma Lei do monopólio dos hidrocarbonetos, fluidos, fósseis, sejam eles gases ou líquidos. O resto é pura tentativa de usurpação de um direito do país sobre a posse de seu óleo e de seu gás.

A cobiça sobre o nosso Gás Natural traz uma proposta muito clara de quebra do monopólio da Lei 2.004/53 e de permitir a sua posse, exploração e produção por grupos privados (leia-se grupos multinacionais).

O que nos leva a esta conclusão?

Se examinarmos o mapa do Brasil, vemos que o país possui gás natural na Selva Amazônica, Foz do Amazonas, Nordeste, Bacia de Campos, Bacia de Santos e Bacia do Paraná.

E mais, em valor energético, o Brasil tem em gás um terço das reservas de óleo, o que apesar de menores que a média mundial, não são pequenas nem desprezíveis. Ou seja, já temos gás e prospecções promissoras (Foz do Ama-

zonas, Bacia de Santos e Bacia do Paraná) para começarmos a acreditar que este, se não for o principal, certamente dividirá a sua importância com o petróleo líquido em nosso país já na década de 90. Melhor que tudo, poderemos ser auto-suficientes do ponto de vista energético até a virada do século, ou antes, se tivermos os recursos que nos faltam.

É isto que está em discussão.

Portanto, não devemos dedicar tempo precioso em discutir se o monopólio estatal do petróleo se estende ao gás ou não. O que interessa é manter a Petrobrás a frente das atividades, retirar de uma vez as multinacionais do campo da energia do Brasil (do óleo e do gás em particular) e procurar planejar o futuro energético brasileiro, agora considerando nossas promissoras reservas de gás. A nação não pode permitir, por exemplo, que empresas multinacionais se proponham a explorar o gás da Bacia de Santos e casuisticamente fornecerem combustível e matéria-prima às suas subsidiárias do polo industrial de São Paulo, em desobediência à Lei e às boas práticas de planejamento energético.

Todos aqueles, ou aquelas instituições que tentam deslocar a Petrobrás do gás, nada mais fazem do que colocar em perigo o monopólio e a nossa própria matriz energética.

O uso de gás deve obedecer um planejamento global da utilização dos derivados de petróleo, sem o que estaremos abalando nosso planejamento de refino. O gás pode

entrar no mercado, por exemplo, deslocando óleo combustíveis indiscriminadamente, já que este último é produto obrigatório, com excedentes em todo mundo, na obtenção de gasolina, do diesel, dos querosenes e do GLP.

Se este planejamento tem que ser feito, por que nos arriscamos a uma utilização de gás que prejudique o refino, visando apenas o lucro imediato? Quem já está acostumado a participar do planejamento da utilização dos outros hidrocarbonetos no Brasil senão a Petrobrás?

Como conclusão, poderíamos dizer que a Lei garante, e que a realidade brasileira impõe que o gás é monopólio da união, e deve ser explorado e comercializado pela Petrobrás.

Não se pretende que a Petrobrás venda gás de casa em casa ou a consumidores já inseridos nas malhas de distribuição existentes. Mas a rentabilidade dos seus pesados investimentos em gasodutos passa pela distribuição do gás a consumidores de porte não atingidos pelas malhas urbanas.

O que interessa é que o Brasil e seu povo seja realmente o beneficiário maior do monopólio. Não esqueçamos!

NOTA: ESTE ARTIGO PRETENDE ABRIR OFICIALMENTE A DISCUSSÃO DA QUESTÃO DO GÁS NATURAL NO ÂMBITO DA AEPET. CONTINUAREMOS TRABALHANDO NO ASSUNTO PARA CHEGARMOS A UM POSICIONAMENTO DEFINITIVO.

ANEXO V

POLÍTICA DE REFINO

Por conta do aumento da produção interna de petróleo, os recursos dados ao refino foram encurtados nos últimos anos. Por este motivo o país está deixando de economizar divisas e até certo ponto colocando em risco a permanência do parque industrial da PETROBRÁS em moldes apropriados.

Para se ter uma idéia melhor de como encarar o problema do refino na PETROBRÁS, achamos caberem algumas considerações iniciais.

Nossas refinarias, como a maior parte do refino em todo o mundo, foram concebidos a construídas numa pressuposição, correta na época, que o petróleo seria sempre matéria-prima barata e que o diferencial de preços com os derivados justificariam unidades mal projetadas e mal operadas. Ou seja, refinar, mesmo que mal, seria sempre um bom negócio.

Hoje, estas afirmativas são fundamentalmente errôneas; o refino pode dar prejuízos, principalmente num país pobre, com seu sistema de transporte baseado nas rodovias e, por isto, sem condições de manter altos preços dos derivados.

Por isto, a política hoje adotada de privilegiar exclusivamente a exploração/produção pode levar o parque de refino da Empresa a ser um fator de descapitalização.

Nossas unidades estão envelhecendo e em muitos casos obsoletas; sua manutenção, às vezes, chega a ser, precária, só se investindo um mínimo para mantê-las operando.

Por outro lado, várias tecnologias já utilizadas no exterior para melhorar a qualidade dos nossos produtos e o desempenho energético das refinarias ou não estão sendo aqui aplicadas ou aplicadas assistematicamente. Cite-se

como exemplo o uso de computador em processo, melhorias mais avançadas em FCC, melhorias em sistemas de vácuo de torres, etc.

No tocante às novas unidades ou mesmo novas refinarias a situação pode se tornar crítica em futuro próximo.

Por conta da maior utilização de gás há possibilidades de sobrar apreciáveis quantidades de óleo combustível. A venda deste produto para o exterior nem sempre é possível devido à sua grande oferta no mercado mundial e quase sempre a preço aviltado. Portanto é preciso que a empresa se prepare para instalação de novas unidades de fundo de barril, tipo desasfaltação ou unidades de coqueamento térmico.

Neste aspecto de unidades de fundo de barril, a necessidade delas pode ser grandemente aumentada ao se tornar realidade a utilização de gás em substituição ao óleo combustível. Na Bacia de Santos, por exemplo, a Petrobrás tem hoje descobertas jazidas consideráveis de gás. Este gás se situa numa região de grande consumo de óleo combustível (São Paulo). Se todo o óleo fosse substituído por gás seria possível uma economia bastante apreciável de óleo combustível, o qual, convertido em derivados leves, reduziria a nossa dependência externa talvez para menos de 300.000 barris por dia. A construção destas unidades geraria empregos diretos e reativaria muitos segmentos da indústria pesada, hoje ociosos.

Outro aspecto importante no refino é a construção de novas refinarias. A Amazônia é abastecida hoje pela REMAN. As condições materiais para ampliar a REMAN, para produzir o que é suprido pelas refinarias do Sul, são precárias e é preciso que seja estudada a conveniência de

se construir uma nova refinaria na região, pois é mais fácil transportar petróleo que derivados.

Também o Nordeste enfrenta hoje situação desfavorável. Produzir petróleo que manda ao Sul para ser refinado e os recebe de volta, reforçados por derivados de outras origens. Portanto, necessária também se faz uma decisão sobre a construção de uma refinaria no Nordeste.

No que se refere a Recursos Humanos de nível técnico médio e superior, a situação da área de refino é bastante desconfortável. A admissão de pessoal de nível superior precisa ser aumentada para fazer frente a novos programas, suprir as aposentadorias normais e repor os grandes contingentes cedidos à atividade de produção nos últimos 5 anos. Além disto, a área de refino, por ter sob seu gerenciamento um parque de 10 refinarias e 3 usinas (2 de asfalto de 1 de xisto), funcionou sempre como um grande formador de mão de obra especializada na atividade industrial para todo o sistema Petrobrás.

Também o treinamento no exterior deve novamente ser reativado. O esquema hoje adotado de pequenas viagens do pessoal de refino não é suficiente para absorção integral das novas tecnologias em aplicação no mundo desenvolvido. Somente cursos longos tipo mestrado, dou-

torado ou equivalentes podem dar qualidade técnica necessária ao pessoal de nível superior.

Quanto ao pessoal de nível médio é preciso acabar com as restrições de admissão para ter condições de liberar o pessoal hoje existente para cursos de reciclagem e absorção das novas tecnologias já em uso por nós.

Todos estes projetos não podem ter sua importância minimizada de forma alguma, quando confrontados com os da área de exploração/produção.

A operação de refinarias mais bem equipadas, com processos mais apropriados, por pessoal mais treinados, equivale a menor consumo de energia, maior segurança e menores perdas por produtos fora de especificação.

Embora em escala de produção menor, o custo do barril poupado e o investimento por barril poupado são menores que aqueles comuns nas áreas de exploração/produção, principalmente nas plataformas.

Portanto é importante que a alocação de recursos na área de refino seja feita considerando-se também os aspectos técnicos e econômicos envolvidos, sem que se deixe encobri-los pelo entusiasmo hoje verificado, quando se trata de aumentar a produção, como se este fôsse o fim único da Petrobrás.

ANEXO VI

A POLITICA RECESSIVA

INVESTIMENTO SIM, RECESSÃO NÃO !!!

ANÁLISE DO CASO DA PETROBRÁS

Estamos apresentando neste Boletim o documento elaborado por um grupo de trabalho da AEPET, que gerou uma tese que foi apresentada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, no Encontro Nacional de Sindicato de Engenheiros realizado nos dias 07, 08 e 09 de setembro último, em João Pessoa, PB.

1. INTRODUÇÃO

A política recessiva adotada pelo governo brasileiro desde o início de 80, aprofundada seriamente após as eleições de 15 de novembro de 81, através da submissão à orientação do FMI não conseguiu diminuir a taxa de inflação, que ao contrário das previsões acabou duplicando, promoveu arrocho salarial e desemprego, e não é a responsável pela façanha do superávit de balança comercial previsto para esse ano.

Mesmo considerando que houveram graves erros na condução da política de investimentos pelos sucessivos governos pós-64, podemos afirmar que alguns investimentos que seguiram a tradição da política econômica do país de programação setorial sob a liderança das empresas estatais, estão aflorando no momento, e demonstram que esse é o caminho a ser seguido nos próximos anos.

O objetivo desse trabalho é utilizar o caso da PETROBRÁS para demonstrar as consequências e a inviabilidade do modelo recessivo, os resultados positivos dos investimentos realizados no passado pela estatal e a viabilidade técnica econômica social de novos investimentos no setor de petróleo, que poderiam iniciar a retomada do desenvolvimento, tão esperada pelo povo brasileiro.

02. O FRACASSO DA POLÍTICA DE RECESSÃO

A partir de 1980 o Brasil começou a enfrentar dificuldades na obtenção de recursos financeiros no exterior

para "rolar" a sua dívida externa, já que a política econômica adotada nos levou a uma situação sem precedentes na história — US\$ 53,8 bilhões da dívida externa e inflação em torno de 100% a.a.

O governo brasileiro faz então a opção pelo modelo ortodoxo, iniciando os cortes do crédito, do gasto público, dos salários, além de empregar outros expedientes para comprimir a demanda global, procurando dessa forma equacionar os dois problemas mais urgentes a inflação e o balanço de pagamentos.

A inflação continuou subindo fortemente e a balança comercial foi equilibrada e tornou-se positiva. No entanto, o superávit não é resultado da política de recessão.

Na verdade, como demonstra o economista Antônio Barros de Castro, no Boletim 28/84 do IERJ, a parte maior do superávit anunciado em US\$ 9 bilhões, é proveniente da redução dos gastos com petróleo e foi provocado pelo sensível aumento da produção da PETROBRÁS (187000 b/dia em 1980 para 470000 b/d em 1984). Em 1980 gastávamos anualmente US\$ 9,4 bilhões na importação de óleo e o previsto para 1984 é US\$ 4,8 bilhões.

Também foi incrementada a produção nacional de álcool que hoje substitui 80 a 90000 b/dia equivalente de petróleo, e a de carvão mineral que substitui mais 40000 b/dia.

Outros projetos maturaram no período, e provocaram sensíveis reduções de dispêndio como ocorre no caso da substituição do óleo combustível nas indústrias de cimento, papel e celulose, vidro e agro-indústria.

Em alguns ramos da indústria, passamos de compradores a exportadores, como é o caso dos não-ferrosos, papel e celulose, petroquímicos, fertilizantes, máquinas e equipamentos.

Somente com esses primeiros números podemos demonstrar US\$ 5 bilhões do superávit.

Os programas de substituição de importações desenvolvidos pelas empresas brasileiras em especial pela PETROBRÁS, justificam mais uma parcela do superávit que deve estar entre US\$ 1 a US\$ 1,5 bilhão.

Também foi eliminada a prática de importações valiosas resultantes de "contra-partidas" negociadas quando da obtenção de empréstimos no exterior. Citamos como exemplo desse caso a aquisição pela PETROBRÁS de plataformas semi-submersíveis para perfuração no mar, na França, no Canadá e no Japão, quando a indústria nacional já estava capacitada para empreender tal pioneirismo. Com o fim dessa prática, podemos justificar mais US\$ 1 bilhão do superávit.

Assim sendo, sobram aproximadamente US\$ 2,5 bilhões como resultado da política do F.M.I. O restante do superávit, como demonstrado, provém de ajustes estruturais da economia.

Mesmo no que se refere a esses US\$ 2,5 bilhões deve haver um sério questionamento, já que o mesmo é resultado da badalada política de exportações brasileiras que só em impostos deixou de arrecadar US\$ 4,2 bilhões em 1983 e deixará de arrecadar mais US\$ 5,8 bilhões no presente ano de 1984, privando a população brasileira de melhoramentos essenciais para a elevação da sua baixa qualidade de vida. O estado de São Paulo deixará de arrecadar esse ano um trilhão de cruzeiros do ICM de produtos que serão exportados, o que equivale a 20% do valor do ICM gerado naquele estado.

Essa política de isenção de impostos é desenvolvida por causa da recessão interna que impede que as indústrias nacionais tenham preços competitivos no mercado externo, haja visto a falta de economia de escala, e em alguns casos, baixa produtividade.

Também é importante, na demonstração do fracasso da política de recessão, verificar a ligação que a mesma tem com o arrocho salarial que se agravou a partir da aprovação pelo PDS e PTB do Decreto-Lei 2065 em 28.10.83.

O D.L. 2065 foi justificado alegando-se que o mesmo provocaria a queda da inflação o que não aconteceu (ver gráfico nº 1), e mesmo assim continua vigorando. Na verdade o governo se comprometeu com o F.M.I e com os banqueiros internacionais, em realizar a contenção dos salários e outras formas de rendimentos, para reduzir as importações, liberar a produção interna para exportação e assim, facilitar o atingimento das metas do superávit. Esse questionamento é fundamental principalmente quando vigora no país uma política salarial que os trabalhadores e parcela considerável do empresariado não estão de acordo. Portanto, é necessário verificar quais são os interesses que essa política está servindo.

03. OS CORTES NAS ESTATAIS APROFUNDANDO A RECESSÃO

Em 1983 os cortes indiscriminados realizados nos orçamentos das empresas estatais foram de 20% em relação ao ano anterior o que provocou uma queda de 3,9% no PIB segundo dados da Fundação Getúlio Vargas.

No presente ano de 1984 o governo está reduzindo em mais 23% o orçamento das estatais, o que implicará em menos encomendas para o setor/privado, implicando em desemprego e ociosidade do parque industrial instalado no país.

Internamente as empresas estatais também estão

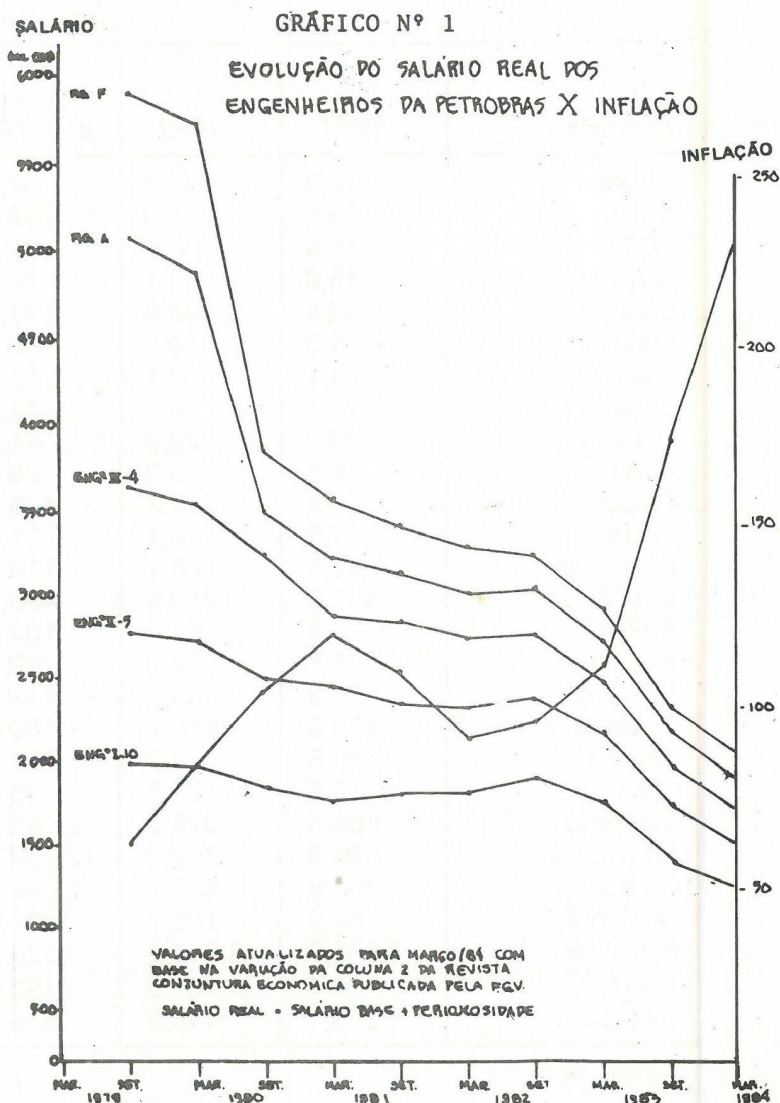
deixando de desenvolver novas atividades produtivas pela mesma falta de recursos, pois do total de Cr\$ 96,9 trilhões do orçamento das 317 estatais, apenas Cr\$ 10,5 trilhões se destinarão nos investimentos, sendo o restante necessário para o custeio e ressurgimentos.

Também é extremamente grave o problema do endividamento das principais empresas estatais do país, que foram obrigadas a utilizar seus créditos junto aos agentes financeiros internacionais para captar recursos nas frenéticas tentativas de fechamento de contas nos finais dos últimos anos.

A PETROBRÁS está devendo em torno de US\$ 5 bilhões, o grupo ELETROBRÁS US\$ 7 bilhões, ITAIPU 2,6 bilhões, NUCLEBRÁS US\$ 1,6 bilhões e VALE DO RIO DOCE US\$ 1,5 bilhão. Essa dívida, que possui um pesado serviço provoca a sangria de mais divisas e reduz ainda mais os recursos para novos investimentos.

04. A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA PETROBRÁS EM EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO.

O resultado da política de investimentos em exploração e produção adotada pela PETROBRÁS nos últimos anos é extremamente positiva, não só pelo crescimento de produção verificado, mas também pelo aumento das reservas. Só na Bacia de Campos onde foram investidos cerca de US\$ 7 bilhões, o petróleo encontrado até hoje está avaliado em pelo menos US\$ 40 bilhões.



A análise do gráfico nº 2 permite algumas conclusões, a saber:

- a) Houve um incremento sensível dos Investimentos em exploração e produção a partir de 1973/74, e a produção passou a crescer exponencialmente a partir de 1979, ou seja, passados os cinco/seis anos necessários para a maturação dos projetos: principalmente no que se refere à Bacia de Campos a resposta veio coroada de êxito demonstrando a viabilidade técnica-econômica do investimento no setor de petróleo. Vale ressaltar que só com o desenvolvimento das sete plataformas fixas da Bacia de Campos gerou-se cerca de cem mil empregos no país, além de haver capacitado as firmas nacionais e a própria PETROBRÁS para novas empreitadas com maior rendimento na área "offshore".
- b) Somente após a conhecida crise do petróleo em 1973 é que a PETROBRÁS resolveu aumentar os investimentos na área do exploração e produção, e dessa forma o país teve que gastar vultuosas quantias em dólar para manter o suprimento nacional de derivados, já que até os novos projetos maturarem continuamos importando petróleo

com um custo de aproximadamente US\$ 5 maior. É bom lembrar que a OPEP foi criada no início dos anos 60 e vinha se organizando no sentido de aumentar o valor do petróleo, além do fato de que antes de estourar a crise de 73 foram desenvolvidos grandes projetos offshore especialmente no Golfo do México e Mar do Norte. Vale questionar porque o Brasil não seguiu a mesma trilha.

- c) Os investimentos globais, bem como os investimentos na área de exploração e produção da PETROBRÁS estão caindo perigosamente a partir de 1982, data em que o Brasil optou pela política do F.M.I., o que poderá comprometer a produção nacional de petróleo caso essa tendência se mantenha.

Dizemos que a queda dos investimentos da PETROBRÁS na área de exploração e produção é perigosa porque além de comprometer a produção futura de petróleo, esta política implicará na perda de capacitação da PETROBRÁS e das firmas nacionais, devido a dispersão das equipes e quebra de seqüência de aprendizado que só ocorre quando o trabalho tem continuidade. Existe também o risco de desnacionalização de serviços e equipamentos devido aos cortes nestes investimentos que são

TABELA Nº 1

DISPÊNDIOS DAS PRINCIPAIS ESTATAIS (Em Cr\$ bilhões)							
Empresa	1981	1982	Orçado para 1983	Realizado em 1983	Variação % Realizado Orçado	Orçado para 1984	Variação % 84/83
Cobra	12,3	25,4	38,9	56,3	44,7	120,4	113,8
Cobal	119,5	146,9	269,5	341,8	26,8	792,9	131,9
ECT	75,5	100,4	177,6	217,5	22,5	526,0	141,8
Serpro	18,8	42,1	74,6	99,2	32,9	243,0	144,9
Caraíba	32,4	98,9	187,2	193,7	3,1	537,9	177,6
Mafersa	11,3	19,5	30,8	36,4	18,1	72,7	99,7
Usimec	14,1	30,1	58,3	66,1	13,3	166,5	151,9
Codevast	11,1	26,1	42,3	58,8	31,9	87,4	56,6
DNOCS	16,3	29,9	41,1	94,7	130,4	91,4	3,4
DNOS	16,5	36,3	29,4	59,0	100,6	65,2	10,5
Itaipú	157,3	311,3	478,2	612,7	28,1	1.533,8	150,3
Fosfertil	17,9	48,1	81,6	101,3	24,1	248,2	145,0
Lloydbrás	52,6	88,1	118,3	178,3	50,7	483,1	170,9
DNER	145,5	313,6	493,1	586,6	18,9	1.038,2	76,9
EBTU	29,9	61,1	103,9	161,4	55,3	764,3	373,5
Embraer	31,1	87,0	149,8	171,1	14,2	347,3	102,9
Infraero	22,3	93,2	211,7	289,5	36,7	789,3	172,6
Telebrás	425,9	655,1	1.180,5	1.434,5	21,5	3.562,8	148,3
Acesita	75,5	128,7	252,6	318,1	25,9	791,9	148,9
CNA	13,8	23,3	36,5	51,7	41,6	112,9	118,3
Siderbrás	660,6	1.326,2	2.041,4	3.126,7	53,1	7.556,6	141,7
Eletrobrás	680,9	1.267,2	2.138,9	2.929,8	37,7	6.746,8	130,3
CVRD	258,6	597,1	1.052,2	1.082,9	2,9	2.530,9	133,7
Nuclebrás	94,9	198,7	304,9	383,1	25,6	1.074,1	180,3
Petrobrás	1.852,9	3.941,3	7.320,1	9.654,6	31,8	28.005,1	190,0
Portobrás	75,4	161,6	268,6	363,3	35,2	716,0	97,2
RFFSA	233,1	416,2	816,1	994,4	21,8	2.700,0	171,6
Fonte: Sest							

vitais para o Brasil.

05. INVESTIMENTOS NA PETROBRÁS – VIABILIDADE NA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

A PETROBRÁS em conjunto com as empresas nacionais possui uma série de projetos emperrados por força da política de recessão, sendo que esses investimentos possuem retorno em curtíssimo prazo.

Pensando em demonstrar a viabilidade técnica-econômica-social dos investimentos de PETROBRÁS, apresentamos a seguir, a título de exemplo, alguns dos projetos que deveriam ser desenvolvidos de imediato.

5.1 Bacia de Campos – Polo Nordeste

A PETROBRÁS já estudou e conclui como totalmente viável técnica e economicamente o desenvolvimento do chamado Polo Nordeste na Bacia de Campos.

O projeto implica na construção de seis plataformas fixas: 03 no campo de Vermelho, 02 no campo de Carapeba, e 01 Central no campo de Pargo, com custos estimados em US\$ 1,1 bilhão, para uma produção de 85 a 100 mil barris por dia, sendo que o retorno do investimento ocorreria em 3 anos.

O custo por barril produzido no Polo Nordeste será sensivelmente menor que o verificado quando do desenvolvimento das primeiras sete plataformas do Sistema Definitivo de Produção da Bacia de Campos, onde foram alocados cerca de US\$ 7 bilhões para uma produção de 320 mil barris por dia que será alcançada já nos próximos meses, sendo que do total do investimento, uma porcentagem superior a 90% seria dispendida em cruzeiros.

Vários são os fatores que somados implicarão na redução de custos do empreendimento, mas vale ressaltar que as principais estão relacionadas com o aprendizado

ocorrido no desenvolvimento inicial da Bacia de Campos e das plataformas menores do litoral do nordeste do Brasil, demonstrando mais uma vez quanto viável é a política de investimentos no setor petróleo.

É correto afirmar que parte da redução de custos decorre do fato da lâmina d'água situar entre 80 a 100 m contra os 110 a 150 m das primeiras sete plataformas, e que será aproveitado em grande parte o já instalado sistema de transporte composto de oleodutos, gasodutos e estações de bombeamento e compressão no entanto, existem outras razões mais significativas.

A filosofia de projeto adotada é mais adequada às condições tecnológicas do Brasil e ambientais da área da Bacia de Campos, e foi desenvolvida pelos técnicos do Centro de Pesquisa da PETROBRÁS.

Ocorre que para o projeto inicial das sete plataformas foi contratada a firma inglesa de consultoria CJB que orientou o projeto segundo a mesma filosofia adotada no Mar do Norte, motivando a especificação de materiais e equipamentos ainda não desenvolvidos no Brasil, super dimensionamento do sistema de geração de energia, número excessivo de equipamentos de reserva e uso de materiais nobres em alguns pontos onde há contato com a água do mar, já que no caso do Mar do Norte a temperatura é muito baixa em determinadas épocas do ano.

No Mar do Norte as condições climáticas são extremamente severas e às vezes durante meses não é possível o acesso às plataformas, quer de helicóptero, quer de rebocador, além das temperaturas chegarem próximas a zero grau centigrado, mas era a tecnologia disponível na época e foi tomada a decisão política de se desenvolver sete plataformas, do porte das maiores do mundo, de uma vez, e em caráter de urgência.

Houve a capacitação e hoje o desenvolvimento do Polo Nordeste seria diferente como demonstra a tabela 2

TABELA 2

DIFERENÇAS BÁSICAS – 7 PLATAFORMAS ATUAIS X NOVAS PLATAFORMAS

Atividades	7 Plataformas do Atual Sistema Definitivo de Produção da Bacia de Campos	Novas Plataformas da Bacia Campos – Polo Nordeste
<p>Filosofia de Projeto</p> <p>Projeto Estrutural</p> <p>Projeto das Facilidades de Produção</p> <p>Matéria Prima das Jaquetas</p> <p>Fabricação das Jaquetas</p> <p>Equipamentos</p> <p>Fabricação dos Módulos</p> <p>Instalação das Jaquetas</p> <p>Instalação dos Módulos</p>	<p>Consultoria Inglesa CJB</p> <p>Firmas Estrangeiras</p> <p>Consórcio Firmas Estrangeiras/Nacionais</p> <p>95% Importada</p> <p>Consórcio Firmas Estrangeiras/Nacionais</p> <p>60% em Valor</p> <p>Consórcio Firmas Estrangeiras/Nacionais</p> <p>Consórcio Firmas Estrangeiras/Nacionais</p> <p>Consórcio Firmas Estrangeiras/Nacionais</p>	<p>PETROBRÁS</p> <p>PETROBRÁS + Firmas Nacionais</p> <p>PETROBRÁS + Firmas Nacionais</p> <p>100% Nacional</p> <p>Firmas Nacionais</p> <p>90% Nacional em Valor</p> <p>Firmas Nacionais</p> <p>. Firmas Nacionais/Firmas Estrangeiras</p> <p>. Firmas Nacionais/Firmas Estrangeiras</p>

* Os serviços que envolvem ensaios não destrutivos, mergulhos em geral e rebocadores, podem ser feitos por pessoal e equipamento nacional. No caso da utilização dos guindastes, do tipo da semi-submersível HERMOD ou do navio PEARL MARINE, é necessário estudar com as firmas nacionais a viabilidade de se construir algum equipamento similar, tendo em vista os valores envolvidos (HERMOD US\$ 200.000/dia e PEARL MARINE — US\$ 150.000/dia.

5.2 Bacia de Campos — Enchova — Linguado

Está sendo estudado pela PETROBRÁS a viabilidade da instalação de outras duas plataformas fixas na Bacia de Campos visando o desenvolvimento dos campos de Enchova Oeste e Linguado. Estimativas iniciais sugerem investimentos na ordem de US\$ 899 milhões para uma produção superior a 80000 barris por dia de óleo além de uma produção média de gás da ordem de 800 mil m³/dia.

No caso desse desenvolvimento se tornar viável os aspectos de projeto, fabricação e contratação poderiam ser similares aos citados para o Polo Nordeste.

5.3 Adequação da Estrutura de Refino

A estrutura de refino instalada no país não é a mais adequada para as condições do atual mercado, pois há uma produção excessiva de óleo combustível, que é desvalorizado no mercado internacional, contra uma carência maior de frações mais leves, especialmente óleo diesel, o que vinha implicando no aumento das compras de petróleo no exterior.

A PETROBRÁS, a partir de 1981, com pessoal da própria empresa, vem desenvolvendo o conhecido Programa do Fundo do Barril, que numa primeira fase exigiu investimentos de US\$ 6 milhões e gerou um lucro líquido

de US\$ 200 milhões/ano o que significa que todo o projeto foi pago em cerca de 10 dias após o início da operação. Em linhas gerais podemos afirmar que a mudança principal verificada é referente ao aumento da produção de gasóleo de petróleo na torre de destilação à vácuo que posteriormente é craqueado no FCC, produzindo frações mais leves (GLP, gasolina, diesel, etc.) enquanto no esquema anterior essa parcela saíria como resíduo de vácuo, e em seguida transformado em óleo combustível. Tecnicamente aplicação para o fato é a introdução de bombas de vácuo somadas a mudança dos internos das torres que provocaram maior vaporização de resíduo de vácuo.

No entanto, ainda existem diversos projetos com viabilidade técnica-econômica comprovada, que aguardam verbas para início. Somente no projeto de aumento das capacidades dos FCC's existentes, através da introdução de mais ar no sistema de instalação e adaptação de novos "blowers" poderíamos lucrar mais US\$ 200 milhões/ano contra um investimento que anda na casa dos US\$ 20 milhões ou seja, 3 meses de retorno.

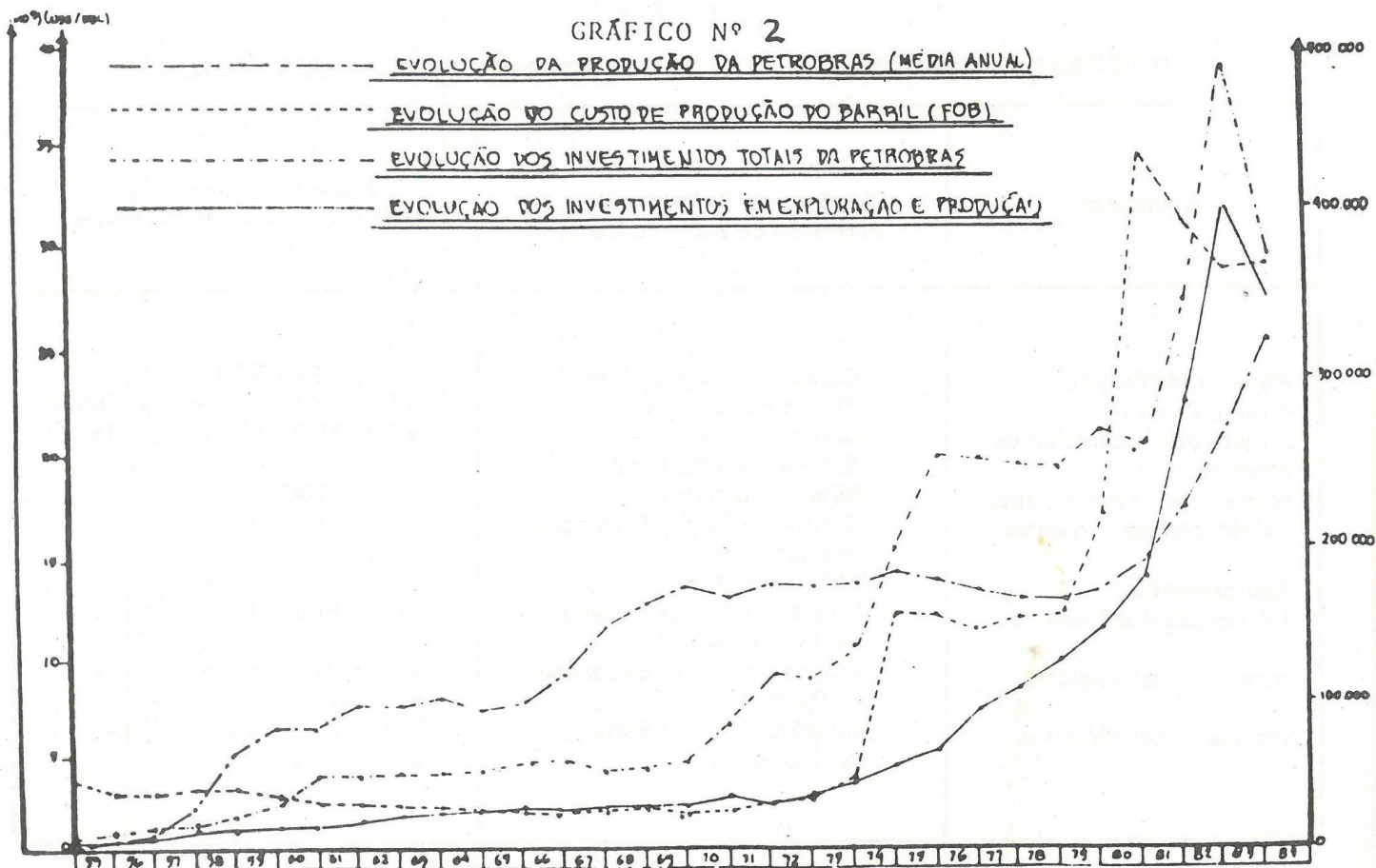
Vale lembrar que o custo por barril a mais processado por dia em consequência do programa é de US\$ 300 enquanto que em uma unidade nova é de US\$ 4000.

Dentro da exigência do mercado de mais frações leves e menos óleo combustível, a PETROBRÁS possui outros projetos para a adequação do parque de refino, no entanto, permanece a carência de verbas. A título de ilustração citamos as unidades de desasfaltação (há uma em fase de projeto para a construção na Refinaria do Vale do Paraíba em São José dos Campos, com investimento de US\$ 40 milhões que obterá retorno em 6 meses), e as unidades de coque.

5.4 Bacia de Santos

A PETROBRÁS precisa explorar urgentemente a

GRÁFICO Nº 2



Bacia de Santos que possui uma área sedimentar de aproximadamente 200.000 km², sendo que a Bacia de Campos possui área sedimentar menor que 30.000 km².

As características geológicas da Bacia de Santos são similares às da promissora Bacia de Campos e às da Bacia Árabe/Iraniana que possui a maior reserva de petróleo do planeta.

Neste contexto é necessário afirmar que a entrega da Bacia de Santos às multinacionais não é adequada aos anseios nacionais, o mesmo ocorrendo com a política de recessão que obriga a PETROBRÁS manter nos dias da hoje 10 sondas de perfuração paradas. No ano passado a PETROBRÁS perfurou 1.600.000 m, e esse ano, com os cortes, a previsão é de 1.300.000 m, embora haja diversas áreas aguardando perfuração dos poços necessários para o incremento da produção nacional de petróleo.

5.5. Gás Natural

A PETROBRÁS já descobriu reservas que somam mais de 80 bilhões de m³ de gás natural no Brasil. Trata-se de uma área extremamente promissora que as multinacionais já estão pressionando fortemente para ocupar.

Os investimentos nessa área ainda são muito tímidos/também por falta de verbas, embora haja viabilidade

técnica-econômica.

Além do consumo do gás natural na rede de distribuição das cidades, é possível utilizá-lo diretamente na substituição do óleo combustível nas indústrias, na geração de energia elétrica (mesmo offshore) para uso da PETROBRÁS ou terceiros, ou transformá-lo em gasolina.

06. CONCLUSÕES

A política de recessão é inadequada para a situação atual do Brasil, sendo que a política salarial se insere no mesmo contexto, conforme demonstrado no corpo de trabalho.

A retomada do desenvolvimento é necessidade urgente para o bem estar do povo brasileiro, tendo em vista as questões sociais e mesmo as técnicas, já que estas implicam em possibilidade da independência tecnológica. O caso da PETROBRÁS evidencia quanto viável é a política de investimentos.

No entanto, temos a certeza que a retomada do desenvolvimento só será possível com a renegociação da dívida externa (ou moratória), o que por sua vez só poderá ser conduzido por um governo com sustentação popular adquirida em eleições livres e diretas, ou seja, quando houver democracia sem adjetivos no país.

PETROBRÁS

A PESQUISA DE PETRÓLEO

BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO

UMA PROPOSTA DE FILOSOFIA PARA A ATIVIDADE EXPLORATÓRIA.

*Sociedade Brasileira de Geologia (SBG)
Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS (AEPET)
fevereiro/85*

"Vim para promover as mudanças — mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas e irreversíveis.

Concito-vos ao grande mutirão nacional. Não há um de vós que pode ser dispensado desta convocação. A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente em favor da comunidade.

O futuro de nossa ação saneadora dependerá unicamente da colaboração que nos prestarem os setores interessados. Contamos, para isso, com o patriotismo de todos".

Presidente Tancredo Neves

*Discurso proferido no Congresso Nacional
no dia de sua eleição — 15/01/85*

"O eu faço é anacrônico; o que existe hoje é o nós fazemos".

Vice-Presidente Aureliano Chaves
Itajuba — 11.02.85

INTRODUÇÃO

Nesse momento, toda a sociedade brasileira espera que os diversos segmentos da vida nacional passem por um profundo e inadiável reordenamento adequando-os à nova realidade democrática.

Em tal circunstância a PETROBRÁS merece particular atenção em face do seu peso na economia e no desenvolvimento do país.

Por tratar-se de empresa essencialmente estatal a PETROBRÁS não poderia deixar de exibir marcas profundas impostas pelo regime militar que dominou o país nos últimos 21 anos:

- (i) estrutura gerencial autoritária demasiado centralizada.
- (ii) descompromisso em prestar contas de suas atividades à opinião pública nacional.

Em decorrência dessa situação a área de Exploração de Petróleo, — finalidade primordial da Empresa — que tem como objetivo a descoberta de acumulações de petróleo/gás natural nas bacias sedimentares brasileiras, sofreu deformações cujo reparo urge providenciar. A comunidade brasileira de profissionais de geociências, atendendo ao apelo formulado pelo Exmo. Sr. Presidente eleito da República, não poderia deixar de registrar pontos que considera fundamentais na condução da política de exploração de petróleo no Brasil.

Embora ao grande público pudesse parecer que o modelo exploratório adotado pelo regime autoritário tenha amealhado sucessos face aos presentes níveis de produção, a comunidade de geociências considera que a política atual, no seu servilismo ao poder, aumentou os riscos da atividade exploratória conforme será adiante demonstrado:

Antes contudo é oportuna uma breve exposição do que seja pesquisa de petróleo e gás natural.

Entende-se como "exploração de petróleo" o conjunto das atividades que objetivam à descoberta de acumulações de petróleo e gás natural economicamente aproveitáveis. Estas atividades, tendo como ciência básica a geologia — visam no campo científico, o completo conhecimento das bacias sedimentares.

Certas condições geológicas são indispensáveis para que uma região se configure como uma importante área produtora de petróleo:

- Ocorrência de rochas que tenham propiciado a geração de petróleo (rocha-geradora).
- Ocorrência de rochas porosas e permeáveis para permitir a captação dos petróleo gerado (rocha reservatório).
- Ocorrência de rochas impermeáveis (rochas capeadoras) e condições geológicas que impeçam o petróleo acumulado nas rochas-reservatório de migrar até a superfície o que impediria a formação de depósitos subterrâneos.

Conhecem-se, em território brasileiro, cerca de 22 (vinte e duas) bacias sedimentares que apresentam condições geológicas adequadas para a ocorrência de acumulações de petróleo/gás natural, abrangendo uma área de cerca de 5 milhões de km², em terra e no mar.

Para detetar as acumulações de petróleo e gás natural em subsuperfície emprega-se um conjunto de técnicas altamente especializadas.

Em decorrência, a exploração de petróleo constitui-se numa atividade multidisciplinar, conjugando inúmeras áreas da geologia e ciências exatas e exigindo dos profissionais uma contínua e permanente atualização.

A atividade exploratória requer dessa maneira a sinergia de profissionais de diversos ramos das geociências tais como:

- geologia estrutural
- estratigrafia
- geoquímica
- paleontologia
- sensoriamento remoto
- geofísica (sísmica, gravimetria, magnetometria, etc.)
- informática geológica

Exploração de petróleo, valendo-se dos elementos acima listado, desenvolve-se através de três etapas principais:

- Coleta de dados — provenientes de afloramentos de rochas, de amostra colhidas em perfuração e dados indiretos (geofísica).
- Análise de dados — referente ao processamento laboratorial e computacional das informações coletadas.
- Interpretação — conjugação dos resultados analíticos objetivando o conhecimento geológico da bacia estudada e tendo como decorrência a escolha de pontos para a perfuração de poços de pe-

tróleo.

Em outras palavras, explorar petróleo torna-se, cada vez mais, uma atividade coletiva, de equipe, congregadora, cujos resultados devem ser creditados a todos. Não cabem portanto autopromoção e capitalização pessoal indevidas destes resultados.

A POLÍTICA EXPLORATÓRIA DA PETROBRÁS

Voltando então ao tema básico dos desvios da política exploratória vigente no regime autoritário, a comunidade de geociências ressalta para análise as seguintes questões fundamentais:

- Qual é a política exploratória mais adequada à nação?
 - manter um reduzido corpo de geólogos concentrado em atividades de resultado imediatista em áreas momentaneamente produtoras; ou
 - contar com um corpo técnico suficiente em número e capacitação para responder à responsabilidade que a nação exige da PETROBRÁS de conhecer integralmente o potencial petrolífero de suas bacias sedimentares?
- Tratando-se de uma atividade técnica multidisciplinar e coletiva a exploração de petróleo deve ser gerida de que forma?
 - conduzida autocraticamente inibindo a livre especulação científica sobre o conhecimento de nossas bacias sedimentares e imolando as lideranças técnicas emergentes; ou
 - conduzir o corpo técnico da Empresa de forma a estimular a participação responsável tanto no desempenho de trabalhos técnicos quanto na sugestão de diretrizes e planos?
- Como deve portar-se a gerência de Exploração de Petróleo da PETROBRÁS frente à sociedade brasileira?
 - ignorar seus compromissos para com essa mesma sociedade, de cuja mobilização cívica originou-se a Empresa, e prestar-se a objetivos imediatistas que conflitam com o verdadeiro interesse nacional? ou
 - exibir uma postura inteiramente cativa à verdade dos fatos para que a sociedade seja sempre, conveniente informada das reais perspectivas exploratórias do subsolo brasileiro?

Ao focalizar sob esses três ângulos a exploração de petróleo da PETROBRÁS os profissionais de geociências desejam chamar atenção sobre o que consideram ser os três pilares de uma política exploratória voltada para os verdadeiros interesses nacionais:

- adequação do quadro técnico;
- política gerencial participativa;
- idoneidade profissional no exercício da atividade exploratória;

O QUADRO DE TÉCNICOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO DA PETROBRÁS

O Brasil possui 22 bacias sedimentares com interesse para exploração de petróleo, tendo a maioria delas extensões na plataforma continental, igualmente ou às vezes mais prospectivas. A tarefa da PETROBRÁS de avaliar os recursos petrolíferos e manter atualizado o conhecimento geológico dessas bacias sedimentares exige a manu-

tenção de um *corpo técnico adequado em número, capacitação e experiência*. O patrimônio economicamente mensurável mais valioso de uma companhia petrolífera são suas reservas alojadas nos campos, de petróleo (estima-se que o valor das reservas atuais do país valem, a preço de mercado, cerca de 30 bilhões de dólares).

Contudo, acima desse bem tangível, pode-se assegurar que o maior patrimônio efetivo da PETROBRÁS é o corpo técnico que ela forme e venha a manter.

Qualquer descuido na formação e manutenção desses recursos humanos traz conseqüências desastrosas para a consecução dos objetivos operacionais e institucionais da Empresa. Exemplo disso é a atual escassez de geólogos que leva a PETROBRÁS a manter numa área sedimentar de cerca de 100.000 km² das bacias marítimas de Camamu-Almada, Jequitinhonha, Cumuraxatiba, no litoral da Bahia, apenas 4 (quatro) geólogos com a responsabilidade de interpretá-las e nelas orientar os investimentos através de levantamentos adicionais e perfurações exploratórias.

Como resultado essas áreas, que apresentam todas as condições geológicas para se tornarem importantes províncias produtoras de petróleo, estão hoje praticamente abandonadas.

Pela magnitude da tarefa de responder pelo conhecimento geológico das 22 bacias sedimentares do Brasil, para definir continuamente seus potenciais petrolíferos a PETROBRÁS deverá contar com cerca de 200 profissionais dedicados apenas à interpretação dessas áreas, dentro do Departamento de Exploração, praticamente o dobro do quadro hoje efetivamente empregado.

Da mesma forma constata-se na área da pesquisa e desenvolvimento da PETROBRÁS uma crônica carência de geólogos com experiência e capacitação elevadas.

O Centro de Pesquisas da PETROBRÁS (CENPES) tem como tarefas básicas na área de exploração:

- O estudo e o entendimento de condições geológicas que sejam peculiares às bacias sedimentares brasileiras.
- O domínio e manutenção em níveis permanentemente atualizados de metodologias e tecnologias de levantamento e mapeamento geológico.
- Realizar pesquisas e desenvolvimento prioritariamente nas áreas do conhecimento geológico mais significativas para a exploração de petróleo.

Para cumprir tais objetivos seria necessário um quadro de profissionais de nível universitário em número superior a 120 técnicos. Isto é, quase duas vezes o efetivo atual. Não se pode admitir, por exemplo, que um centro de pesquisas de uma companhia de petróleo, como é o caso do CENPES, não contemple em suas atividades, a área de geofísica, que constitui ferramenta essencial à exploração de petróleo.

Para que estas necessidades sejam satisfeitas é preciso entender que o provimento de geólogo com nível e experiência profissional adequados à interpretação e à pesquisa geológicas implica na transferência de profissionais da área operacional coroados um processo contínuo de treinamento e seleção.

Portanto, é necessária a restauração dentro da Empresa da carreira para os profissionais de geociências nos moldes já praticados no passado de atribuir tarefas, prover treinamento no trabalho e cobrar responsabilidades num crescendo harmônico e condizente com a experiência amalhada no decorrer do exercício de sua profissão.

É preciso portanto, que nas etapas iniciais deste processo, ao profissional recém-egresso de nossas universidades sejam atribuídas tarefas operacionais básicas que lhe permitam gradualmente adquirir visão e conhecimento de todas as atividades da área de exploração e seus objetivos maiores.

Por exemplo um início de carreira através do acompanhamento de campo de poços em perfuração sedimentar conhecimentos que serão fundamentais para seu futuro desempenho profissional quer na área de interpretação, quer na área de pesquisa ou mesmo na própria área operacional.

A prática atual de valer-se de pessoal de nível médio no acompanhamento geológico de poços acarreta à Empresa dois prejuízos simultâneos: diminui a qualidade dos trabalhos de coleta e descrições das amostras de poço ensejando muitas vezes a redução da confiabilidade dos dados e restringe o treinamento básico dos geólogos dentro da PETROBRÁS.

Ainda mais grave, por fugir quase que inteiramente ao controle da Empresa, é a contratação recente de firmas de serviços para acompanhar geologicamente suas perfurações e conseqüentemente acumular os dois prejuízos acima mencionados.

Atendidas estas observações também a área operacional de exploração de petróleo na Empresa deveria empregar número substancialmente superior de geólogos face ao atual quadro de profissionais.

Urge portanto que a PETROBRÁS retome de imediato sua política de contratação e formação de seu quadro de geólogos, interrompida em 1966.

Para completar a análise dos aspectos relevantes para a capacitação dos técnicos da área de Exploração da PETROBRÁS é importante destacar a área de treinamento através dos cursos de extensão (internos), de mestrado e doutorado.

Esses programas de treinamento tem se realizado de forma satisfatória e tem atendido na sua essência as necessidades da Empresa. Alguns reparos contudo se farão necessários quanto ao caráter arbitrário da definição dos programas (típico do regime autoritário vigente) e do gerenciamento de sua execução.

A GERÊNCIA DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO NA PETROBRÁS

O sistema gerencial implantado, é nitidamente autoritário, predominando um clima de punições potenciais, pouca interação horizontal, decisões centralizadas, níveis de delegação muito restritos e sujeitos à prescrições de cúpula. Estimula-se à competição interna, em níveis exacerbados e, de um modo geral prejudicial à Empresa, por inibir o saudável intercâmbio de idéias e conhecimentos.

Via de regra, há uma grande preocupação, nos vários níveis gerenciais, pela consecução dos objetivos da Empresa e pela obtenção de bons resultados, negligenciando-se porém os aspectos humanos da organização e de seus funcionários.

A constante preocupação com resultados imediatos tem levado grande parte dos gerentes técnico-executivos a assumirem o papel de fatores ao invés de procurarem assumir postura de líderes. Estes "chefes" preocupam-se em obter o máximo esforço de suas equipes técnicas, mantendo os seus componentes em constante "stress", com sérios prejuízos da otimização do rendimento do tra-

balho individual e outras conseqüências, tais como: sentimento generalizado de frustrações insatisfações, inquietações, excessivo desgaste físico e emocional.

Os prejuízos desse clima de trabalho, a médio e longo prazos, são óbvios, se não perdermos de mente que um dos fatores primordiais para o sucesso da exploração de petróleo é a criatividade gerada pelo "poder pensante" dos técnicos especialistas. Em conseqüência, a vida útil dos técnicos em exploração de petróleo, na PETROBRÁS é, em média, muito curta, levando a cúpula da organização a promover frequentes substituições que resultam, via de regra, no isolamento profissional daqueles prematuramente obsoletos.

Para substituí-los são designados, "novos valores" potenciais que em breve serão também prematuramente, desgastados, desprezados ou esmagados pelo sistema gerencial inadequado, desumano, imperioso e desonesto, tanto com os técnicos, como com a Empresa.

O clima de autoritarismo, favoreceu o surgimento e a seleção negativa de "chefes" autoritários e despóticos com os subalternos, ao mesmo tempo que obedientes e submissos com os superiores. Carreiristas, em diversos casos! Na atual conjuntura, esses homens, conscientes das mudanças que advirão da redemocratização do País, não terão pejo de se travestir de democratas, ostentando posturas de gerentes progressistas e até mesmo pioneiros na adoção de linhas gerenciais modernas e propícias ao desenvolvimento dos valores humanos da organização.

Em decorrência desta situação, geólogos altamente competentes e experientes foram obrigados a abandonar a companhia — por aposentadoria simples, por licença, por empréstimo a outros órgãos oficiais ou mesmo por demissão voluntária. Outra "saída" consistiu em transferências para outros órgãos e subsidiárias.

A nossa expectativa é de que a redemocratização do País se estenda até às empresas estatais, em particular à PETROBRÁS com a abolição do sistema gerencial autoritário por um sistema participativo, que proporcionará a melhoria das comunicações internas a participação dos funcionários nas decisões gerenciais, em vários níveis, a restauração da motivação dos funcionários, a otimização do rendimento pessoal e finalmente, o surgimento e a seleção de novas lideranças.

Em suma: um estilo gerencial moderno que dispense alta prioridade tanto aos objetivos da Empresa como aos aspectos humanos e comportamentais da organização, procurando oferecer auto-motivação a todos os escalões de funcionários. Essa mudança organizacional só será possível com a substituição dos gerentes — "feitores" por líderes, escolhidos pelas suas qualidades pessoais e competências profissionais.

IDONEIDADE PROFISSIONAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EXPLORATÓRIA

Como já foi antes mencionado, a atividade de exploração de petróleo é tarefa nitidamente coletiva e de equipe. Não será cansativo repetir-se que qualquer descoberta de petróleo/gás natural é produto da contribuição de inúmeros técnicos e especialistas cujos trabalhos conduziram à aprovação da perfuração; além disto, o conhecimento geológico de uma bacia sedimentar é um processo dinâmico e representa uma síntese das especulações científicas — documentadas ou não — sobre aquela área.

Esta característica do processo exploratório impõe limites úteis rígidos à postura de todos aqueles que nele trabalham, sejam da área técnica ou quando exerçam funções gerenciais. Nestas circunstâncias despontam duas questões fundamentais: a da liderança com respeito ao grupo e a da *postura do gerente* com relação ao grande público.

O primeiro aspecto — de liderança — foi já convenientemente analisado. Ficou claro que a falência da liderança na condução da atividade exploratória é a receita otimizada para o esfacelamento da equipe, cujos reflexos devastadores na eficiência da atividade da equipe se farão sentir, inexoravelmente a curto e médio prazo. O reparo desta situação, isto é, a recomposição da equipe e a restauração da confiança e respeito mútuos entre seus membros é tarefa que só a longo prazo pode ser efetuada. E esta é a situação atual da área de exploração da empresa, com exceções localizadas que não modificam o quadro geral.

No que se refere ao comportamento da gerência de exploração da PETROBRÁS em relação ao público devemos entender, de antemão, a legitimidade que a sociedade brasileira apresenta ao reivindicar informações corretas e sem compromissos que as deturpem.

A longa discussão democrática em torno do monopólio estatal do petróleo, no Brasil, estendeu-se até outubro de 1953. A campanha cívica neste sentido deu origem a um acalorado debate que empolgou amplos segmentos de todas as camadas da sociedade brasileira: intelectuais, técnicos, operários, estudantes, empresários e militares. Com a aprovação da lei 2004 concretizou-se uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro. Portanto, o público tem o mais genuíno direito de informação.

A frequente veiculação de "descobertas" ou expectativas de apropriação de reservas, exaradas em termos triunfalistas, tem levado ao descrédito público o trabalho dos geólogos da companhia.

Recentemente, por exemplo, publicou-se nos principais jornais do Rio o desempenho da PETROBRÁS com relação à apropriação de reservas, na base de 2 barris descobertos para cada 1 que foi produzido durante 1984. Trata-se de uma meia verdade, que pode confundir os menos esclarecidos.

A realidade, que deve ser dita, é que nestes últimos dois anos, praticamente não ocorreram descobertas de *novos campos*; que as reservas apropriadas decorrem da avaliação de campos já descobertos há alguns anos; que a quase totalidade destas apropriações localizam-se na Bacia de Campos; que a PETROBRÁS deve realizar um esforço máximo para descobrir novas províncias petrolíferas para, no futuro, substituir a Bacia de Campos quando iniciar o declínio da produção desta bacia.

CONCLUSÃO

A PETROBRÁS, no decorrer destes 32 anos de existência tornou-se uma empresa forte e capacitada — técnica e financeiramente — para o exercício das atribuições que lhe foram confiadas. Passou a acumular um saldo de importantes realizações nas várias áreas de suas atividades, com grande ênfase na exploração de petróleo.

Entretanto, ao longo destes últimos 21 anos, em que o país foi governado autoritariamente, assistiu-se a um comportamento por parte de sua alta gerência que coloca

em risco a própria capacitação da companhia para cumprir uma de suas funções primeiras qual seja a da exploração de petróleo no território brasileiro, como vimos nas páginas precedentes.

O objetivo maior deste documento é, neste momento ímpar da vida nacional, mostrar aos novos dirigentes do país que a PETROBRÁS está a exigir mudanças saneadoras em sua alta gerência de exploração.

Uma nova filosofia deve presidir esta importante atividade com a finalidade de maximizar o aproveitamento do potencial técnico do corpo de geólogos da companhia

através de implantação de critérios gerenciais amplamente participativos e conduzidos por lideranças técnicas e profissionais autênticas.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1985.

Francisco Celso Ponte
Presidente, em exercício da SBG.

Luis Fernando de O. Gutman
Presidente da AEPET.

NOTÍCIA VEICULADA PELA IMPRENSA SOBRE O DOCUMENTO DA AEPET:

JB - 24.02.85

Em documento encaminhado ao Presidente eleito, Tancredo Neves, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) pede a revisão dos contratos de riscos já assinados, que não sejam firmados novos e que o gás natural seja mantido dentro do monopólio estatal.

Além disso, a Associação adverte que a política recessiva adotada nos últimos anos, aliada ao fato de se considerar a produção de petróleo a curtíssimo prazo como fim único da Petrobrás, coloca em risco a preservação do parque brasileiro de refino em moldes apropriados.

Outra advertência é relativa à política de pessoal. "A falta de funcionários tem levado a Petrobrás a abrir mão de atividades que sempre foram feitas por seus quadros internos e, por falta de devido treinamento, acidentes como o da firma Pozos em Enchova, Vila Socó e outros de igual importância poderão vir a ser cada vez mais frequentes", alerta a Aepet.

Metas políticas

A associação, que preparou o documento a partir de consultas efetuadas junto a funcio-

narios de todos os escalões da Petrobrás, incluindo alguns diretores, critica a corrida para se atingir "metas de produção políticas, que têm levado não apenas a problemas de exaustão de jazidas, já detectados em alguns campos petrolíferos da Bacia de Campos, mas também a condições de trabalho de grande insegurança, responsáveis por inúmeros acidentes".

No que diz respeito à alta administração da Petrobrás, a Aepet manifesta-se contrária ao continuísmo e diz que a empresa tem sido vítima nos últimos anos de gerências pouco ou nada identificadas com o monopólio. "Estas administrações sempre foram comprometidas com o fechamento antidemocrático verificado nas empresas estatais no mesmo período. Por tudo isso, a imagem da Petrobrás junto à opinião pública não é das melhores, seus canais de comunicação internos têm moldes autoritários e a opinião técnica nem sempre é levada na devida consideração".

E concluímos, desta forma, que um clima de abertura democrática não se coaduna com pessoas que serviram ao fechamento da em-

presa à opinião pública e aos seus próprios quadros internos — frisa a associação, no documento entregue a Tancredo Neves pelo deputado federal Marcelo Cordeiro, do PMDB da Bahia e membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.

Para o presidente da Aepet, Luis Fernando Gutman, é importante que estes cargos sejam preenchidos, na Nova República, por pessoas comprometidas com a democracia, "que entendam, respeitem e defendam o monopólio, e que se proponham a reconstituir a imagem de uma empresa de propriedade do povo brasileiro e que esteja a seu serviço".

Sem citar o nome do empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim, que teria sido convidado para a presidência da Petrobrás, o documento da associação diz que "não nos bastam bons administradores". Ele afirma que a estatal precisa de pessoas que percebam a importância da Petrobrás no contexto nacional e que estejam realmente dispostas a aceitar as sugestões encaminhadas.

Produção fica sob ameaça

Anexo ao documento, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás encaminhou ao futuro Presidente da República uma análise dos efeitos da política recessiva sobre a estatal, que conclui que desde 1982 os investimentos da companhia vêm caindo perigosamente, "o que além de contribuir para o aprofundamento da crise que vive o país, poderá comprometer a produção de petróleo nos próximos anos".

De acordo com essa análise, a queda nos investimentos também é perigosa porque poderá representar a perda da capacitação da Petrobrás e das firmas nacionais, devido à dispersão das equipes e quebra da sequência de aprendizado, que só ocorre quando o trabalho tem continuidade.

"Existe também o risco da desnacionalização de serviços e equipamentos devido aos cortes nos investimentos na área de exploração e produção, que são vitais para o Brasil", adverte o trabalho da associação. Segundo ele, a Petrobrás, em conjunto com as empresas nacionais, possui uma série de projetos emper-

rados por força da política de recessão, sendo que eles representam investimentos de retorno em curtíssimo prazo.

Entre os projetos mencionados está o chamado Pólo Nordeste na Bacia de Campos, que implica na construção de seis plataformas fixas: três no campo de Vermelho, duas em Carapeba, e uma central no campo de Pargo. O custo estimado é de US\$ 1,1 bilhão, para uma produção de 85 a 100 mil barris por dia, sendo que o retorno do investimento se daria em três anos.

De acordo com a Aepet, o custo por barril produzido no Pólo Nordeste será sensivelmente menor que o verificado quando do desenvolvimento das sete primeiras plataformas do Sistema Definitivo de Produção da Bacia de Campos, onde foram alocados cerca de US\$ 7 bilhões, para uma produção de 320 mil barris/dia. Um dos principais fatores para redução de custos do empreendimento é o aprendizado ocorrido no desenvolvimento inicial da Bacia de Campos e das plataformas menores do

litoral nordeste do Brasil.

Mas parte da redução decorre do fato da lâmina d'água situar-se entre 80 a 100 metros contra os 110 a 150 m das primeiras sete plataformas, e do aproveitamento em grande parte do já instalado sistema de transportes composto de oleodutos, gasodutos e estações de bombeamento e compressão.

A associação conclui sua análise dizendo que "a política recessiva é inadequada à atual situação do país" e frisa que a retomada do desenvolvimento "é necessidade urgente para o bem-estar do povo brasileiro, tendo em vista as questões sociais e mesmo as técnicas, já que estas implicam em possibilidade de independências tecnológica". Contudo, a Aepet argumenta que a retomada só será possível "com a renegociação da dívida externa (ou moratória), o que, por sua vez, só poderá ser conduzido por um governo com sustentação popular adquirida em eleições livres e diretas, ou seja, quando houver Democracia sem adjetivos no país".

ANA LUCIA MAGALHÃES

NOTÍCIA VEICULADA PELA IMPRENSA
SOBRE O DOCUMENTO DA AEPET:

JB-07.03.85

Brasília — O Presidente eleito, Tancredo Neves, recebeu ontem em seu gabinete 17 representantes de sindicatos de petroleiros e petroquímicos. Segundo um sindicalista presente à reunião, o Presidente eleito pediu apoio dos sindicatos para a revisão dos contratos de risco com empresas estrangeiras e tudo o mais que venha a ferir o monopólio estatal de petróleo.

O mesmo sindicalista afirmou que o Presidente eleito disse que a Lei nº 2000, que criou a Petrobrás, “é uma filha muito querida”, pois ele é um de seus signatários. Por isso, segundo este representante sindical, Tancredo Neves garantiu que a empresa continuará com o fim para o qual foi criada.

O sindicalista, que participou do encontro, declarou que o Presidente eleito foi questionado a respeito dos contratos de risco, quando teria pedido o apoio dos trabalhadores para eliminar da legislação tudo o que fere o monopólio estatal do petróleo. A mesma fonte disse ainda que Tancredo garantiu que constituirá uma comissão para estudar as demissões de 383 trabalhadores que participaram das greves de Campinas e Mataripe, em julho de 1983. A reivindicação dos trabalhadores é a readmissão de todos os demitidos.

Os sindicalistas entregaram ao Presidente eleito um documento pedindo a substituição de toda a direção da Petrobrás.

Em documento encaminhado há cerca de 15 dias ao Presidente eleito, a Associação dos Engenheiros da

Petrobrás (Aepet) pediu a revisão dos contratos de risco, que não sejam assinados novos e que o gás natural seja mantido dentro do monopólio estatal. A associação, que fez o documento a partir de consultas realizadas junto a funcionários de todos os escalões da estatal, advertiu que a política recessiva adotada nos últimos anos coloca em risco a preservação do parque brasileiro de refino em moldes apropriados.

A política de pessoal também foi questionada nesse documento, que alerta para a possibilidade de ocorrer com frequência cada vez maior acidentes como o da firma Pozos, em Enchova, e Vila Socó, em Cubatão. Além disso, foi pedida a readmissão de todos os funcionários demitidos nas greves ocorridas nas refinarias de Mataripe e Campinas, em 83.

A Aepet também criticou a corrida para se fingir “metas de produção políticas, que têm causado não apenas problemas de exaustão de jazidas, já detectadas em alguns campos petrolíferos da Bacia de Campos, mas também condições de trabalho de grande insegurança, responsáveis por inúmeros acidentes”. Quanto à direção da Petrobrás, a associação manifestou-se, contrária ao continuísmo e disse que a empresa tem sido vítima nos últimos anos de gerências pouco ou nada identificadas com o monopólio. Ela pede que os novos diretores sejam comprometidos com a democracia, “que entendam, respeitem e defendam o monopólio”.



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Endereço da Sede: Rua Senador Dantas, 75
Sala 1802 — Centro — RJ
Telefone: 220-4774
CEP: 20031

PARTICIPE DAS
ATIVIDADES DA
AEPET

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA AEPET
DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE	Gutman
VICE-PRESIDENTE	Ângelo
DIRETOR DE COMUNICAÇÕES	MACIEL
VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES	José Geraldo
DIRETOR DE PATRIMÔNIO	Castilho
VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO	Felizzola
DIRETOR CULTURAL	Blum
VICE-DIRETOR CULTURAL	Sérgio Rocha
DIRETOR SOCIAL	Hamilcar
VICE-DIRETOR SOCIAL	Ricardo

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Diomedes	CENPES/DIPROM
	Marinho	PETROQUISA/GETEC
	Renato	DEPER/DITRAN
Membros Suplentes:	Fernando Fortes	REDUC/DITEC
	Márcia Sobral	PETROQUISA/PROFIN
	Wilson	DEPIN/ASSIST.

TELEFONES DE TODA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

	TELEFONE:	RAMAL (IS)
GUTMAN	.212-4477	.3513/3561
ANGELO	.270-2122	.522/483
MACIEL	.212-4477	.1653
JOSÉ GERALDO	.297-6677	.354
CASTILHO	.212-4477	.3021
FELIZZOLA	.212-4477	.3525
BLUM	.212-4477	.3594/3595
SERGIO ROCHA	.212-4477	.2256
HAMILCAR	.212-4477	.2537/4626
RICARDO	.0247623052	(MACAÉ)
DIOMEDES	.270-2122	.467
MARINHO	.297-6677	.354
RENATO	.212-4477	.4646
FERNANDO FORTES	.776-2006	(REDUC)
MARCIA SOBRAL	.297-6677	.342
WILSON	.212-4477	.3504

CIRCULAÇÃO DIRIGIDA / IMPRESSO